



TRAMA GOLPISTA

Fase decisiva em inquérito na PF

Novas revelações da investigação conduzida pela PF implicam Jair Bolsonaro, militares de alta patente e podem levar a abertura de ações penais pelo Supremo até julho deste ano. A fase seguinte será a de julgamentos por parte da corte

» RENATO SOUZA

Ed Alves/ CB/ D.A.Press



Minuta golpista apreendida na sede do PL é um dos elementos chave da investigação conduzida pela PF

Com a Operação Tempus Veritatis (“hora da verdade”, em latim), a Polícia Federal chega a uma fase decisiva das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado. As provas obtidas até agora mostram a participação ativa do ex-presidente Jair Bolsonaro e de militares de alta patente para descredibilizar as eleições. Os investigadores revelaram que a organização criminosa montada para tentar convulsionar a democracia se divide em seis núcleos. Na avaliação de fontes consultadas pelo **Correio**, já existem elementos suficientes para apontar o cometimento de diversos delitos contra o Estado Democrático de Direito.

As diligências, que tiveram como ponto fundamental a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, mostram o papel central do ex-presidente na articulação de ataques contra as instituições. O objetivo, de acordo com a PF, era manter Bolsonaro no poder e anular o resultado das eleições. A expectativa dos investigadores é de que o inquérito seja concluído até o fim deste semestre, permitindo que o Supremo abra ação penal e comece a julgar os acusados até julho deste ano.

A tendência é de que os envolvidos sejam julgados de acordo com suas participações em cada núcleo. O alvo inicial do inquérito eram milícias digitais, organizadas para atacar o sistema eletrônico de votação, espalhar desinformação e atacar o Supremo, o Congresso e autoridades constituídas. No entanto, no curso das diligências, novas linhas de

investigação surgiram, como a comprovação de adulteração de cartões de vacinação de Bolsonaro e familiares para garantir ingresso nos Estados Unidos e a incorporação de joias recebidas pela Presidência ao acervo pessoal de Bolsonaro e seus aliados.

Para isso, as pedras preciosas saíram do Brasil, foram comercializadas no exterior e até mesmo recompradas. As investigações estão sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo,

pois na avaliação da Corte, todos os fatos envolvem a mesma organização criminosa, o que cria uma conexão entre as reiteradas condutas criminosas.

A PF aponta que os envolvidos atuavam “com operação de núcleos e cujos desdobramentos se voltavam a disseminar a narrativa de ocorrência de fraude nas eleições presidenciais, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e, eventualmente, legitimar uma intervenção das Forças

Armadas, com abolição violenta do Estado Democrático de Direito, em dinâmica de verdadeira milícia digital, à semelhança do procedimento já adotado pelo autointitulado gabinete do ódio”.

Atuação coordenada

Além disso, de acordo com os investigadores, foram firmados diversos objetivos, que ocorreriam em seqüências, começando por “desacreditar o processo

eleitoral” e em seguida no “planejamento e execução do golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito com a finalidade de manutenção e permanência de seu grupo no poder, e com a característica de interligação entre eles, uma vez que alguns investigados atuavam em mais de uma tarefa, colaborando em diversos núcleos de forma simultânea e coordenada”.

As diligências apontam que o grupo criminoso era dividido

em núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral, responsável por incitar militares à aderirem ao golpe de estado, núcleo jurídico, responsável pelo assessoramento e elaboração de minutas de decretos com fundamentação jurídica e doutrinária que atendessem aos interesses golpistas do grupo investigado, núcleo operacional de apoio às ações golpistas, que “a partir da coordenação e interlocução com o então ajudante de ordens do presidente Jair Bolsonaro, Mauro Cesar Cid, atuavam em reuniões de planejamento e execução de medidas no sentido de manter as manifestações em frente aos quartéis militares, incluindo a mobilização, logística e financiamento de militares das forças especiais em Brasília.

Além disso, as investigações apontam a existência do núcleo de inteligência paralela, responsável pela coleta de dados e informações que pudessem auxiliar a tomada de decisões do então presidente Jair Bolsonaro na consumação do golpe de estado e por fim do núcleo de oficiais de alta patente, com influência e apoio a outros núcleos. As diligências apontam que “utilizando-se da alta patente militar que detinham, agiram para influenciar e incitar apoio aos demais núcleos de atuação por meio do endosso de ações e medidas a serem adotadas para consumação do golpe de Estado”. A corporação aponta que faziam parte dessa divisão do esquema os militares Walter Braga Netto, Almir Garnier, Theophilo Gaspar, Laércio Vergílio e Paulo Sérgio.

Situação jurídica de Bolsonaro se agrava

Getty Images via AFP



Ex-presidente Jair Bolsonaro aparece em vídeo incentivando ministros a atacarem as eleições

Com as revelações de que o ex-presidente Jair Bolsonaro orientou ministros de seu governo a se insurgir contra o sistema eleitoral e descredibilizar as eleições, a situação jurídica do ex-capitão do Exército se agrava. Depoimentos, gravações e a coleta de documentos, como a minuta golpista encontrada na sede do Partido Liberal, na área onde ele despachava como presidente de honra da sigla, ligam diretamente Bolsonaro ao plano golpista. Na semana passada, ele foi alvo de um mandado de busca e apreensão e de medidas cautelares.

Bolsonaro está proibido de deixar o país ou de se comunicar com outros investigados, como o general Augusto Heleno e Anderson Torres. As medidas cautelares ocorrem para evitar uma prisão preventiva, mas ao mesmo tempo garantir que as investigações serão preservadas, sem interferência dos alvos. No entanto, se as regras forem violadas, a prisão pode ser decretada pelo magistrado, como última medida para evitar que suspeitos tentem atrapalhar o andamento das diligências.

Juristas ouvidos pela reportagem apontam que não cabe, neste momento, prisão preventiva, mas que o cenário, depois da operação que revelou a existência de uma reunião liderada por Bolsonaro para incitar ataques

às eleições, muda o cenário do ex-presidente perante a Justiça. Michel Saliba, advogado criminalista e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), afirma que os fatos avançam sobre Bolsonaro, mas ainda é necessário aprofundamento das diligências para avaliar se existem fatos que possam comprometer definitivamente o

militar da reserva. “A investigação traduz atos investigatórios que avançam e se aproximam do entorno do ex-presidente e dele próprio, isso ainda não significa dizer, de modo peremptório, que ele está implicado na participação da tentativa de golpe, mas me parece que o conjunto da obra, daquilo que se tem conhecimento público, autoriza a

análise de que a situação do ex-presidente a cada dia que passa se complica mais. O aprofundamento das investigações em relação ao ex-presidente, para a aferição da sua real participação na tentativa de golpe de Estado”.

Em relatório enviado ao Supremo, a Polícia Federal informou “a existência de documento, em formato de decreto, que



Temos uma possibilidade de uma ordem de prisão contra o ex-presidente principalmente por conta destes tipos penais abertos que são de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado”

Rodolfo Tamanaha, professor de direito constitucional

consubstanciava medidas de exceção, com detalhamento de ‘considerandos’ acerca de suposta interferência no Poder Judiciário no Poder Executivo, para decretar a prisão de diversas autoridades e a realização de novas eleições em vista de supostas fraudes no pleito presidencial”. A PF concluiu que “o referido documento teria sido objeto de reuniões convocadas

pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro que envolveram tanto integrantes civis do governo como militares da ativa”.

A operação que mira Bolsonaro investiga os crimes de tentativa violenta de abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado, ambos previstos na lei 14.197 de 2021 que incluam esses tipos de delitos no Código Penal. Rodolfo Tamanaha, professor de direito constitucional do Ibmeq Brasília, afirma que a decisão do ministro Alexandre de Moraes que impõe medidas cautelares a Bolsonaro está bem fundamentada.

Na visão dele, em razão do avanço das investigações, existe a chance de uma prisão preventiva, mas que nesta etapa, é preciso que as diligências avancem. “É difícil cravar agora as consequências de uma decisão. É preciso aprofundar as investigações para saber se a narrativa, criada a partir da delação (de Mauro Cid), começa a preencher o quebra-cabeças. Temos uma possibilidade de uma ordem de prisão contra o ex-presidente principalmente por conta destes tipos penais abertos que são de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado. A medida cautelar busca evitar que provas sejam destruídas. Ou pessoas possam se evadir”, destaca. (RS)